

# Os polos de Carajás e Juriti na Amazônia oriental: desenvolvimento regional ou industrialização?

Carina Cipolat\*  
Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte\*\*

---

## Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar as ações do Estado brasileiro no processo de desenvolvimento econômico da Amazônia e a implantação dos polos de Carajás e Juruti, verificando se esses projetos induziram a industrialização ou o desenvolvimento regional na Amazônia Oriental. Os resultados revelam que o Estado permeado e constituído por classes dominantes, fortalecido pela dinâmica capitalista, foi o principal indutor para a ocupação da Região Amazônica. Os favorecimentos promovidos pelo Estado para obtenção de recursos através de novas infraestruturas e incentivos funcionaram como suporte para um desenvolvimento pautado na racionalidade econômica tendo como base a indústria, deixando de lado as questões de sustentabilidade socioambiental, os interesses das populações locais, às relações sociais e da cultura já existente. A subserviência aos interesses do capital internacional, com a ajuda do Estado, fez da Região Amazônica um alvo da perversidade do capital. A implantação dos grandes projetos de mineração trouxe poucas possibilidades de incremento à economia local e também sérios prejuízos às comunidades locais e ao meio ambiente. Entretanto, existem (poucas) iniciativas para tentar promover mudanças, na busca de um desenvolvimento voltado para a sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Amazônia, Desenvolvimento Regional, Polos Carajás e Juriti, Mineração Industrial, Sustentabilidade.

## The Carajás and Juriti poles in the eastern Amazon: regional development or industrialization?

### Abstract

*This study analyzes the actions of Brazil in the process of economic development in the Amazon and the implementation of the Carajás and Juruti poles, verifying whether these projects induced industrialization or regional development in the Eastern Amazon. The results reveal that Brazil permeated and constituted by dominant classes, strengthened by the capitalist dynamics, was the main inducer for the occupation of the Amazon Region. The favors promoted by Brazil for obtaining resources through new infrastructures and incentives functioned as a support for a development based on economic rationality based on industry, leaving aside the issues of socio-environmental sustainability, the interests of local populations, social relations and existing culture. Subservience to the interests of international capital, with the help of Brazil, made the Amazon Region a target for the perversity of capital. The implementation of large mining projects has brought little chance of increasing the local economy and also serious damage to local communities and the environment. However, there are (few) initiatives to try to promote changes, in the search for development focused on sustainability.*

**Keywords:** Amazon, Regional development, Carajás and Juriti Poles, Mining industry, Sustainability.

## 1 Introdução

A imensa extensão territorial, a grande biodiversidade e as riquezas minerais e energéticas fizeram – e continuam fazendo – da Amazônia um centro de interesses políticos e

---

\* Doutoranda em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC). Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: [carinacipolat@gmail.com](mailto:carinacipolat@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0003-3751-2299>

\*\* Doutorando em Gestão de Pessoas & Relações de Trabalho no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EA/PPGA/UFRGS). E-mail: [bidarte.vinicius@gmail.com](mailto:bidarte.vinicius@gmail.com) <http://orcid.org/0000-0002-5545-3969>

econômicos de abrangência mundial. As particularidades da região amazônica e as distintas concepções de identidades culturais a torna diferente das demais regiões brasileiras, sendo necessário o estabelecimento de políticas específicas para promover o seu desenvolvimento.

No decorrer da história a Amazônia brasileira foi palco de grandes projetos e ações que tornaram a região uma área atrativa para investimentos nacionais e multinacionais. Os grandes projetos de ocupação implantados na Amazônia contaram com total apoio da política governamental (infraestrutura, incentivos fiscais, baixos preços pagos pelo bem extraído, baixa qualificação da mão de obra e, por consequência, salários irrisórios, entre outras vantagens). Essas políticas estatais que induziram investimentos de grandes empresas transnacionais e nacionais levaram ao surgimento de aglomerações industriais significativas na Amazônia. Porém, este processo de ocupação de forma acelerada e desarticulada com a realidade social e ambiental local acabou formando sérios enclaves.

A busca da compreensão da atuação do Estado e das consequências dos grandes projetos implantados na Amazônia demanda a indispensável tarefa de realizar uma análise histórica deste processo. Por esta razão, o presente estudo reflete sobre as diversas concepções de desenvolvimento na Amazônia brasileira no decorrer da história, destacando as distintas formas de atuação do Estado e a implantação dos polos de desenvolvimento, enfatizando os polos de Carajás e Juruti, ambos municípios brasileiros do estado do Pará, localizados na Amazônia Oriental.

Subsidiando o objetivo do estudo, buscou-se respostas aos seguintes questionamentos: Onde esteve/está o Estado? Os polos de Carajás e Juruti induziram a industrialização, ou o desenvolvimento regional, na Amazônia Oriental? Buscando respondê-los, utilizou-se materiais bibliográficos sobre as ações do Estado brasileiro no processo de desenvolvimento econômico da Amazônia e sobre a implantação dos polos de Carajás e Juruti, verificando se esses projetos induziram a industrialização ou o desenvolvimento regional na Amazônia Oriental. O estudo está estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A seguir realiza-se um breve resgate histórico sobre o desenvolvimento da Região Amazônica.

## **2 Em busca do tão desejado desenvolvimento para a Região Amazônica: um breve resgate histórico**

A participação do Estado no desenvolvimento da Região Amazônica assume diferentes formas de atuação e intervenção em períodos distintos da história. Suas ações apresentam

interesses ambíguos e conflituosos, uma vez que diversas visões e entendimentos marcaram a busca do/pelo desenvolvimento deste território múltiplo e peculiar.

Durante o Estado Novo, o modelo político econômico adotado pelo regime autoritário de Getúlio Vargas foi o nacional-desenvolvimentista. Caracterizado pela forte intervenção estatal, o foco deste governo era o crescimento econômico, tendo por base a industrialização e infraestrutura. Nesta fase os investimentos foram direcionados na indústria de base nacional, em órgãos de administração pública e em reformas nas forças armadas.

A atribuição do Estado Novo era instaurar no país uma nova ordem pautada na centralização política e econômica do poder. Na Região Amazônica diversas estratégias de desenvolvimento foram utilizadas para maximização de ganhos imediatos, sem levar em consideração os grandes impactos sociais e ambientais inerentes a este processo.

A intervenção do governo de Getúlio Vargas nos territórios amazônicos resultava do regime forte e centralizador que pretendia integrar economicamente o país, estabelecendo assim uma unidade nacional. Neste processo os interesses do Estado eram priorizados e estavam acima dos interesses dos cidadãos, visto que não se considerava o indivíduo isolado, mas sim enquanto representante do coletivo, do bem nacional (FERREIRA, 1999).

O Estado conhecedor da importância e destaque da Amazônia nos debates e discussões geopolíticas mundiais, ao instaurar a unidade nacional, tratou de trabalhar sua valorização incorporando-a economicamente ao capitalismo nacional. Isso, de acordo com Monteiro e Coelho (2004),

[...] em termos mundiais, ganhava força a idéia de que para um país desenvolver-se deveria primeiramente, incorporar suas regiões economicamente menos desenvolvidas às regiões mais dinâmicas. No caso do Brasil, esta nova etapa do reordenamento do território nacional vinculou-se a ações planejadas pelo governo federal. Assim, a visão de fronteira ganhou novos significados, não excludentes entre si: o de lugar de expansão do povoamento e fronteira de recursos, e de lugar a ser incorporado à dinâmica da economia nacional (MONTEIRO; COELHO, 2004 p. 92).

Deste modo, durante o Estado autoritário, o domínio do território e seus recursos tornaram-se condições essenciais para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais. A exploração dos recursos naturais existentes na região amazônica era requisito fundamental para inseri-la definitivamente no contexto industrial nacional, assim como era necessário pontuar a capacidade produtiva da região diante das determinações do poder industrial, adequando-a à racionalidade do capital industrial.

Em entrevista concedida a *Associated Press* (destinada aos jornais do Continente), em Porto Velho, capital do estado de Rondônia, no ano de 1940, para falar das primeiras impressões sobre sua excursão ao vale amazônico, o Presidente Getúlio Vargas fez a seguinte declaração:

“Não vim à Amazônia com a preocupação do turista que encontra aqui tantos motivos para deslumbrar-se e sentir-se fortemente impressionado. Vim com o objetivo de verificar as possibilidades práticas para pôr em execução um plano de exploração sistemática das suas riquezas e do desenvolvimento econômico do grande vale” (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1940).

A partir de então, as estratégias adotadas pelo governo federal passaram a ganhar formas concretas com a criação de diversos órgãos federais, e com a elaboração e implantação de planos de desenvolvimento para a região, como o Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

O Plano de Valorização da Amazônia, criado pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, foi retomado em 1950, quando o presidente Getúlio Vargas convocou uma Conferência Técnica Administrativa com a função de realizar estudos e debates sobre assuntos referentes ao processo de desenvolvimento da Amazônia. Em 1952, com a conclusão dos estudos, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)<sup>1</sup>, que tinha como objetivos gerais: assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; e, desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira (SUDAM, 2017).

Junto aos planos de desenvolvimento para a Região Amazônica se articulou a criação de instituições, o estabelecimento de políticas públicas, a efetivação de mecanismos de financiamento, a edificação de obras de infraestrutura, entre outras ações. Algumas das principais indústrias públicas criadas durante o Estado Novo estiveram: a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941; a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942; Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em 1945.

No período histórico subsequente, durante o regime da ditadura militar (1964-1985), o território amazônico passou por grandes transformações. Na década de 1970, através do planejamento regional, deu-se início a uma intervenção sistematizada com objetivo de

---

<sup>1</sup> O *Tennessee Valley Authority* (TVA) serviu como fonte de inspiração e de modelo para os planos de ação e formato organizacional da SPVEA. O TVA foi a maior experiência de caráter regional efetuada nos Estados Unidos, no Vale do Tennessee (localizado na região do Centro-sul Oriental), pelo vulto de obras e somas investidas, vencendo o tradicionalismo americano que não suportava mais a interferência do Estado na esfera privada em matéria de produção de riqueza (SERRA; FERNÁNDEZ, 2016).

desenvolver a Amazônia sob a ideologia da ditadura militar. O discurso estava pautado na integração, no progresso e no desenvolvimento. Toda a imensa riqueza de recursos naturais e os espaços disponíveis para ocupação existentes no território amazônico eram considerados como meios para solucionar, em um curto prazo, os problemas sociais, econômicos e geopolíticos.

No entendimento de José Lutzemberger (1990), o governo na ditadura militar ao fixar a rota para o desenvolvimento da Amazônia a qualquer custo, conduzia sistematicamente a destruição da região em nome do progresso. “O conceito de desenvolvimento era o tecnocrata, um modelo econômico arquitetado de modo a tornar os fortes cada vez mais fortes e os pobres cada vez mais fracos” (LUTZEMBERGER 1990, p. 57).

Entre as diversas medidas adotadas pelo Estado, um complexo conjunto de Políticas Públicas foi delineado, e o objetivo do governo era conseguir através de Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) superar os desequilíbrios regionais que predominavam há séculos. No I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) foram criadas as regiões metropolitanas, no entanto os objetivos de integração nacional, de ocupação da Amazônia e de aceleração do crescimento foram mantidos (SERRA; FERNÁNDEZ, 2004). Os projetos de desenvolvimento implementados na Amazônia demonstram uma visão equivocada e distorcida da região, focado apenas no aspecto econômico. A concepção de desenvolvimento era de “cima para baixo”, sem incluir os principais interessados no processo: as populações locais que seriam atingidas.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) projetava transformar o Brasil em uma potência emergente, enfatizando a descentralização econômica e a definição de estratégias regionais para ocupação do solo, o que contribuía para a concretização e consolidação do projeto nacional territorial de acordo com o projeto geopolítico. O objetivo deste plano permanecia na exploração dos recursos naturais, mas através de grandes projetos. A ocupação produtiva da Amazônia, consignada no plano, estava delineada por meio das seguintes ações: Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental; Política de Desenvolvimento de Recursos Florestais e Uso Racional dos Solos da Amazônia; e a Conclusão do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus e a execução do seu Distrito Agropecuário.

O crescimento das exportações para amenizar a crise da dívida externa agravada pelo segundo choque do petróleo de 1979 foi foco no III Plano Nacional de Desenvolvimento (1979-1985), assim como a integração de áreas de baixa densidade demográfica e econômica (cujo exemplo mais significativo é o da Amazônia). O plano destacou também a relevância dos polos

de desenvolvimento, como o POLAMAZÔNIA, considerando-os elementos primordiais para a integração do desenvolvimento amazônico e para o processo de ocupação da região (SERRA; FERNÁNDEZ, 2004; NASCIMENTO, 2006).

Com relação à elaboração de políticas públicas, cabe salientar que neste período houve praticamente a exclusão da representatividade, de uma forma geral, como fonte legitimadora do Estado – principalmente a representação popular. As decisões do Estado permitiram que políticas públicas fossem elaboradas com base em critérios e normas que eram desconhecidas pela maioria da sociedade brasileira, constituídas com firme articulação de interesses privados e ampla política de incentivos fiscais e creditícios. Eram políticas direcionadas para atender interesses imediatos e modificadas conforme conveniências de grupos influentes que por elas seriam beneficiados, na qual as grandes empresas de mineração se enquadravam (MONTEIRO, 2005).

Aos poucos a economia da Região Norte foi deixando de ser periférica-neutra para se transformar em uma região periférica-ativa, e este processo se deu em “perfeita e concomitante consonância com o condicionante endógeno intra-regional básico de crescimento econômico (fronteira de recursos naturais) e com a racionalidade dominante da lógica do desenvolvimento capitalista brasileiro” (COSTA, 1990, p. 173).

A Amazônia como região rica em recursos minerais diversos – essenciais ao processo de acumulação capitalista – foi transformada em espaço de expansão das relações de produção do capital, executado pelas grandes corporações transnacionais. Essas empresas organizam a produção de matéria prima a baixo custo em função das vantagens existentes (mão de obra barata, energia subsidiada, infraestrutura oferecida pelo Estado, fiscalização ambiental incipiente, entre outras), remetendo-as aos países hegemônicos que as processam e as transformam em mercadoria, alimentando o ciclo da produção e acumulação de capital (NASCIMENTO, 2006).

Entre os grandes projetos instalados na Região Norte no final da década de 1970 e início dos anos 1980 estavam o Programa Grande Carajás (PGC), além da construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí, a Mineração Rio do Norte, e as empresas Alumínio Brasileiro (ALBRAS) e a Alumina do Norte do Brasil (ALUNORTE). “Seus investimentos eram de quase US\$ 230 bilhões, quantia que na época era comparável a todas as riquezas produzidas pelos brasileiros durante um ano” (COELHO, 2015, p. 30).

Entre as décadas de 1930 e 1980 vários investimentos foram realizados pelo Estado em infraestrutura, garantindo o avanço industrial. E no decorrer do tempo os recursos naturais

na Amazônia foram sendo explorados e apropriados pelos grandes grupos econômicos, principalmente pela implantação de grandes projetos de mineração. Já na década subsequente, a nova etapa do capitalismo brasileiro, instituída a partir de 1990, impõe outros desafios para o Estado. Marcada pela adoção do neoliberalismo, a fase defendida pelos Governos Militares é então finalizada, e uma série de mudanças de atitudes em relação às políticas desenvolvimentistas nacionais são registradas.

O neoliberalismo defende as liberdades individuais e a livre iniciativa no campo econômico, representando em primeiro lugar os interesses das empresas e do capital privado. Para o Brasil significava abertura econômica, privatizações, desregulamentação e Estado mínimo. Neste contexto, a iniciativa privada assumiu, progressivamente, os investimentos na produção, na indústria básica, na infraestrutura, e em setores que antes ficavam sob a responsabilidade do Estado, que reduz progressivamente sua atuação e seus investimentos no setor econômico para aumentá-los nas áreas sociais e ambientais.

As preocupações com a degradação socioambiental amazônica passam a se tornar uma preocupação mundial, com crescente interesse da mídia e de organismos internacionais. De forma antagônica a essa preocupação, também cresce os interesses econômicos sobre os recursos amazônicos, quer culturais ou ambientais, e colocam novos desafios para a sustentabilidade da região. O discurso pregado é que grandes empresas são sinônimo de desenvolvimento, progresso e geração de emprego, quando são meios essenciais para o desenvolvimento econômico e tecnológico de um país. A Amazônia passou de uma economia extrativista rudimentar para um extrativismo altamente tecnificado e provocador de conflitos socioambientais, apresentando uma das maiores explorações minerais do Brasil e do mundo.

### **3 Carajás e Juruti indutores de Desenvolvimento Regional ou de industrialização da Amazônia Oriental?**

O Programa Grande Carajás foi implantado nas décadas de 1970 e 1980, localizado numa área constituída pelo maior depósito mineral de alto teor de ferro do mundo – contendo também ouro, estanho, bauxita (alumínio), manganês, níquel, cobre e minérios raros, como parte do plano de valorização promovido pelo Estado para alcançar o desenvolvimento na Região Amazônica. O programa foi uma tentativa de conseguir coordenar a execução de projetos já existentes na área e de concentrar ainda mais os recursos estatais e os oriundos de incentivos fiscais e creditícios.

O Complexo do Programa Grande Carajás estende-se por cerca de novecentos mil quilômetros, em uma área correspondente a um décimo do território brasileiro, cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, englobando terras do sudeste do Pará, norte de Tocantins e sudoeste do Maranhão. Pertence a Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce), que é uma das maiores empresas mineradoras do mundo.

“Os empreendimentos integrantes do PGC compreendem serviços de infraestrutura, projetos de pesquisa, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais, projetos de florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização da madeira e outras atividades consideradas importantes para o desenvolvimento da região” (MACHADO, 1991, p. 164). O gigantismo de Carajás mostra também a dimensão de sua tragédia socioambiental, simbolizando uma grande contradição capitalista: “da maior província mineral do mundo brotam, ao mesmo tempo, a exploração do homem e do meio ambiente e a vertical acumulação de capital feita por empresas mineradoras e pelo capital financeiro” (COELHO, 2015, p. 24).

Nas últimas três décadas nenhuma região do Brasil sofreu de forma tão brutal uma intervenção organizada do capital mineral como a região de Carajás. E o processo de exploração incessante se dá porque nela se encontram em abundância os dois elementos principais dessa exploração: o homem e a natureza.

O processo capitalista na Amazônia explora o homem para além das condições mínimas de sua reposição física. Isto é possível graças à abundância na oferta de mão-de-obra barata, fazendo com que o preço da força de trabalho caia, levando aos últimos termos a depauperação física e mental do trabalhador da região. O processo capitalista explora ainda a natureza abundante na região também sem se preocupar com sua capacidade de renovação e com a manutenção de seus sistemas ecológicos (COELHO, 2015, p. 56-57).

Os planos de desenvolvimento da empresa Vale trataram das várias possibilidades de exploração da região de Carajás sem fazer referência em momento algum ao fato de que estes planos estavam sendo concebidos para uma região já habitada. Criou-se, então, uma grande contradição entre o programa e a população atingida.

E o que é mais grave, trata-se de uma população étnica e culturalmente diferenciada. Isso significa dizer que a Amazônia Oriental, rica em tantos minérios e potenciais outros, é também rica no plano cultural [...] a concepção do Programa Grande Carajás ocorreu de forma a excluir a participação da população brasileira em seu conjunto, ficando restrita a esfera dos altos escalões governamentais: a sociedade civil não está atribuído qualquer papel nem, deixado qualquer espaço para participar da formulação e implementação do Programa Grande Carajás (COELHO, 1986, p. 63).

Araújo e Belo (2009, p. 270) comentam que “a sustentar esta ideia está o fato de que a Região Amazônica é sempre um lugar a ser modernizado, a ser posto em evolução, a ser desenvolvido”. E eles concluem afirmando que: “ocorre que tudo o que é pensado ou praticado na Região, pauta-se na lógica de tornar a região sempre o insumo do desenvolvimento do país, a pretexto de trazer desenvolvimento para a Amazônia”.

O resultado dos polos não foi a “concentração descentralizada” de desenvolvimento, mas sim o aumento das disparidades do desenvolvimento inter e intraregional. A periferia tornou-se mais dependente do centro, tanto nacional e como internacionalmente, e ao invés de polos de crescimento com impulsos de desenvolvimento propagadores, surgiram os enclaves (KOHLHEPP, 2002).

Segundo Cardoso e Faletto (1970) uma economia caracteriza-se de enclave quando:

- a) a produção é um prolongamento direto da economia central em um duplo sentido: tanto o controle das decisões de investimento depende diretamente do exterior, como os lucros gerados pelo capital (impostos e salários) apenas passam em seu fluxo de circulação pela nação dependente, indo incrementar a massa de capital disponível para investimentos da economia central;
- b) não existem realmente conexões com a economia local – mas sim com a sociedade dependente, através de canais como o sistema de poder, porque ela define as condições de concessão;
- c) do ponto de vista do mercado mundial, as relações econômicas são estabelecidas no âmbito dos mercados centrais (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 51).

De acordo com Hirschman (1985), a forma e produção econômica do enclave apenas demonstram a ocupação de um espaço fora dos limites territoriais dos países industriais, ou seja, áreas econômicas situadas em regiões distantes, mas que fazem parte do espaço funcional da produção e da acumulação. Considerando essas definições, pode-se pensar que o Programa Grande Carajás promoveu um enclave na Amazônia Oriental, provocando dependência da economia regional à mineração.

As empresas mineradoras buscam convencer de que os benefícios gerados por elas são fundamentais a qualquer região, com o intuito de legitimar suas atividades. Pregando a teoria de desenvolvimento orientada pelo *trickle-down effect*, ou seja, o crescimento econômico acabará beneficiando, mais cedo ou mais tarde a todos, incluindo os mais pobres (quando a maré sobe, todos os barcos flutuam). Com este pensamento, as grandes empresas devem ser beneficiadas, com abatimento nos impostos, crédito subsidiado e facilidades fiscais, pois assim irão promover o crescimento econômico e gerar empregos. O desenvolvimento virá como

resultado natural do crescimento econômico, graças ao efeito cascata. Segundo Sachs (2004, p. 26), “a teoria do efeito cascata seria totalmente inaceitável em termos éticos [...] Num mundo de desigualdades abismais, é um absurdo pretender que os ricos devam ficar mais ricos ainda, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituídos”.

De acordo com Coelho (2015) e Monte-Cardoso (2018), no que se refere às questões estruturais, a criação do Programa Grande Carajás foi muito importante, pois foram construídas rodovias e ferrovias, grandes portos e indústrias. Houve também a geração de empregos e o desenvolvimento econômico, ocorridos principalmente a partir de 2004 com o aumento do preço do minério de ferro. Mas no ponto de vista ambiental e social a criação do projeto foi altamente prejudicial, pois a extração mineral causa poluição de rios pelo mercúrio, o desmatamento para a plantação de eucalipto que serve como carvão para a indústria, e emissão de poluentes pelas fábricas.

Dizia o poeta que secos os morros de ouro, escorreria o ferro. A amargura do cenário constituído por rios barrentos e montanhas devassadas se torna cada vez mais constante nos interiores do país. Também são mais frequentes as populações expulsas de seus territórios e os gigantescos portos de exportação que tanto interferem na vida das populações litorâneas. Tudo isto a troco de arrogantes corcéis das mineradoras e do aumento fugaz da arrecadação (COELHO, 2015, p. 20).

Não foi diferente o cenário em relação ao projeto de extração de bauxita no município de Juruti, localizado no extremo oeste do estado do Pará, pela empresa ALCOA<sup>2</sup> – uma das maiores produtoras de alumínio do mundo. Sabe-se que as modalidades dos conflitos frente ao processo de territorialização (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2007) das grandes empresas mineradoras ganham contornos específicos conforme o lugar, de acordo com as escalas e práticas adotadas pelo projeto, conforme a ação do Estado e o grau de organização dos atores sociais envolvidos, além das condições e efeitos ambientais nos quais ocorrem as suas instalações.

A instalação da empresa ALCOA iniciou em 2006, e a inauguração com o primeiro embarque de bauxita se deu em setembro de 2009, apesar de muitas manifestações e conflitos. O licenciamento do complexo de atividades e infraestrutura da empresa afeta largamente os

---

<sup>2</sup> É uma empresa de capital aberto fundada em 1886 na cidade de Pittsburgh, estado da Pensilvânia, Estados Unidos. Possui como atividades a metalurgia e indústria manufatureira, possuindo produtos feitos de titânio, níquel e alumínio, bem como a bauxita, alumina e alumínio primário. No Brasil, a empresa opera desde 1965, atuando em toda a cadeia produtiva de alumínio, desde a mineração da bauxita, ao refino da alumina, produção de lingotes, pó de alumínio e de alto valor agregado. Possui unidades produtivas em Poços de Caldas-MG, São Luís-MA, e Juruti-PA; escritórios em São Paulo-SP, Poços de Caldas-MG, e Brasília-DF, além de participação acionária na Mineração Rio do Norte (MRN) e nas usinas hidrelétricas de Machadinho, Barra Grande, Serra do Facão e Estreito (ALCOA, 2020).

processos naturais e as atividades sociais da região, além de que a área de influência direta do projeto atinge o território de mais de quarenta comunidades tradicionais, identificadas e reconhecidas. De acordo com Lopes (2012), os conflitos entre ALCOA e os atores locais não se estabeleceram somente pelo fato da extração ou não da bauxita, mas sim por ser uma região dotada de múltiplos recursos, que gradativamente foram sendo diminuídos da esfera de sobrevivência das comunidades locais, que tiveram seus territórios substancialmente reduzidos.

Conforme a empresa ia revelando seus interesses (instalação da mina, construção da ferrovia e porto exportador), a questão ganhava amplitude. Essa infraestrutura, indispensável para o funcionamento do empreendimento, territorializou a empresa, que foi se sobrepondo aos territórios já existentes (da caça, da extração de pau-rosa, da coleta da castanha-do-pará, da andiroba, da copaíba, do leite-de-amapá, do leite de sucuba, do cumaru, do tucumã, do patauá, da bacaba, do açai, do uxi, de palha e de cipós, etc.), gerando sérias disputas territoriais (LOPES, 2012).

Desta forma, os grandes investimentos realizados pela ALCOA promoveram mudanças territoriais no município paraense de Juruti e seus arredores, alterando os arranjos produtivos e modos de vida das populações locais. “Esse processo induziu o município a uma (re)organização territorial compulsória sem precedentes na sua história para atender, fundamentalmente, aos interesses da mineradora em questão” (LOPES, 2012, p. 118).

Entretanto, o surgimento, nas últimas décadas, de vários atores sociais em conflitos com a atividade exploratória da mineração no âmbito regional resultou em um debate nacional e internacional sobre a exploração desenfreada provocada pela mineração. E uma grande articulação de movimentos sociais, ONGs, ambientalistas e instituições religiosas que visam assegurar a voz das comunidades e regiões atingidas contra o modelo mineral, pressionaram de forma intensa o Estado e as grandes indústrias (COELHO, 2015).

Segundo Becker (2005), profundas mudanças estruturais ocorreram na Amazônia onde novos atores têm atualmente papel decisivo: a sociedade civil organizada, os governos estaduais e a cooperação internacional. A Amazônia é hoje uma região em si, que demanda uma política de consolidação do desenvolvimento.

O grande desafio para as indústrias do ramo de mineração é a questão da possibilidade de pensar, dentro da dinâmica de acumulação de capital, em um desenvolvimento fora dos padrões e exemplos que se somam ao longo da história do capitalismo. Interrogar se esse modelo dos grandes projetos de mineração, com sua lógica e escala, pode gerar um tipo de

desenvolvimento diferente, que vá além da esfera econômica, ao invés de se sobrepor as dinâmicas locais trabalhe em conjunto, levando em consideração o meio ambiente e os modos de viver das sociedades.

Neste sentido, a ALCOA, através do Projeto Juruti Sustentável, deu um passo à frente na busca de possíveis alternativas para se chegar a um desenvolvimento que considere as peculiaridades e dinâmicas regionais e locais. Em 2006, a ALCOA procurou o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) para a construção de uma parceria que apresentasse uma proposta de agenda de desenvolvimento sustentável para o município paraense de Juruti e região. A partir de então, a empresa vem investindo em uma série de ações de minimização de impactos e compensação social e ambiental, seja dentro das condicionantes legais do licenciamento, seja por iniciativas voluntárias, para seguir os princípios e valores estabelecidos pela empresa rumo à sustentabilidade de suas atividades.

Com um modelo pioneiro e inovador de desenvolvimento local sustentável, o projeto trabalha com as seguintes premissas: participação ampla e efetiva, abordagem de território, diálogo com o contexto global, regional e local, e a internalização na empresa de modo a incorporar em seus processos e práticas de gestão os princípios e valores da sustentabilidade. O projeto tornou-se Fundo Juruti Sustentável (FUNJUS) após incubação por quatro anos pelo FUNBIO. Em 2016 o FUNJUS foi repassado e atualmente constitui o Instituto Juruti Sustentável (IJUS).

Apesar do referido Projeto Juruti Sustentável representar uma das ações voltadas para o desenvolvimento sustentável na Região Amazônica, isso está longe de ser o suficiente. São urgentes caminhos de desenvolvimento mais sustentáveis para toda a Região Amazônica. Segundo Homma et al. (2020), deve-se pensar em propostas potenciais que considerem as especificidades de cada unidade federativa com sua história, economia, aspectos sociais e políticos. Os autores acreditam que o aumento sustentável da produtividade agrícola, a domesticação dos recursos da biodiversidade, o nivelamento tecnológico, a expansão da piscicultura, a aceleração da transição florestal e o aumento da presença do Estado na região amazônica para coibir as ilicitudes existentes.

#### 4 Considerações Finais

A partir do breve resgate histórico sobre o desenvolvimento da Região Amazônica, constatou-se que o Estado permeado e constituído por classes dominantes, fortalecido pela dinâmica capitalista, foi o principal indutor para a ocupação da Região Amazônica. Os favorecimentos promovidos pelo Estado para obtenção de recursos através de novas infraestruturas e incentivos funcionaram como suporte para um desenvolvimento pautado na racionalidade econômica tendo como base a indústria, deixando de lado as questões de sustentabilidade socioambiental, os interesses das populações locais, às relações sociais e da cultura já existente. Este e outros elementos são fundamentais em um novo modelo de produção voltado para o desenvolvimento regional e não somente na industrialização.

A subserviência aos interesses do capital internacional, com a ajuda do Estado, fez da Região Amazônica um alvo da perversidade do capital. A Amazônia tornou-se uma plataforma de exportação, ou seja, assumiu a condição de mera fornecedora de matérias primas, uma região produtora de *commodities* para outros países e para a região sudeste do Brasil. A implantação dos grandes projetos de mineração trouxe poucas possibilidades de incremento à economia local e também sérios prejuízos às comunidades locais e ao meio ambiente. Isto é, não havia prioritariamente a intencionalidade de estimular a industrialização com vistas a atender questões regionais, o objetivo primordial era a geração de divisas para o equacionamento dos problemas econômicos nacionais.

A atividade de mineração implica num impacto territorial forte, tanto como parte da extração mineral e do processamento primário, como por conta da estrutura logística necessária para a produção e o escoamento. O ritmo crescente e insustentável de extração e o crescimento descontrolado dos investimentos em infraestrutura tornaram o ciclo da mineração incongruente com o desenvolvimento efetivo dos territórios e das suas comunidades.

Esse processo de ocupação de forma acelerada e desarticulada com a realidade social e ambiental local gerou sérios enclaves. O modelo de exploração é exógeno à região, os grandes projetos que chegaram nela estavam voltados para interesses externos. O interesse da reprodução do capital e a apropriação dos bens regionais pela iniciativa privada descartam os interesses e necessidades dos atores locais e a capacidade endógena de um desenvolvimento comprometido com o equilíbrio socioambiental, onde se possa ter equidade com as questões territoriais econômicas, sociais e ambientais.

Existem ações para tentar promover mudanças, na busca de um desenvolvimento voltado para a sustentabilidade, como é o caso do Projeto Juruti Sustentável. Porém, ainda são poucas as iniciativas inovadoras neste sentido, sendo necessário um comprometimento maior e uma verdadeira mudança de paradigma rumo à sustentabilidade, e não ações voltadas para atender à legislação existente. É necessário que a sustentabilidade seja incorporada efetivamente e de forma duradoura pelas empresas, no dia-a-dia, nas operações internas e nas relações externas com comunidade local e com o meio ambiente onde se instalam.

## Referências

- ALCOA. **Sobre a Alcoa**: Alcoa no Brasil. Disponível em: <<https://www.alcoa.com/brasil/pt/about/default.asp>>. Acesso em: 27 de jan. de 2020.
- ALMEIDA, R. **Grandes Projetos na Amazônia**: mineração em Juruti e a produção de energia. In: FÓRUM CARAJÁS. **Mineração na Amazônia**: Estado, Empresas e Movimentos Sociais. p. 54-58, São Luís-MA: 2010.
- ARAÚJO, M. A. T.; BELO, P. S. Grandes Projetos Minerários e Comunidades Tradicionais na Amazônia: Impactos e Perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 265-277, jul./dez., 2009. <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4770>
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, jan./abr., 2005. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>
- BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Conferência das Nações Amazônicas** Entrevista Concedida à *Associated Press*. Porto Velho, 14 de Outubro de 1940. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria de Administração. Diretoria de Gestão de Pessoas Coordenação – Geral de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/32.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- BRITO, D. C. Mineração, desenvolvimento e impacto sócio-ambiental: uma experiência de exploração de manganês na Amazônia. **Papers do NAEA**, n. 38, Belém, jan., 1995. <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=102>
- CARDOSO, F. H., FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1970.
- CARNEIRO, M. S. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 321-333, mai./ago., 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200009>
- COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). *A questão mineral no Brasil - vol. 1*. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015.
- D'ARAÚJO, M. C. Amazônia e Desenvolvimento à Luz das Políticas Governamentais: A Experiência dos Anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Ano 7, n. 19, p. 40-55, 1992.

FERREIRA, M. L. F. Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Ano XVIII, n. 20, p. 33-40, nov., 1999.  
<https://doi.org/10.37370/raizes.1999.v.164>

FERREIRA, M. L. F. **A construção do Eldorado amazônico no governo Vargas**: a representação através da imagem (1940-1945). Tese (Doutorado em Sociologia). 260 f. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011.  
<http://hdl.handle.net/11449/106242>

FERREIRA, S. P.; BASTOS, P. P. Z. As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). **Texto para Discussão**, IE/Unicamp, Campinas, n. 266, abr. 2016.  
<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3461/TD266.pdf>

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.  
[http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/genese e precursores do desenvolvimentismo no brasil.pdf](http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/genese_e_precursores_do_developimentismo_no_brasil.pdf)

FGV/FUNBIO/ALCOA. **Juruti sustentável**: Uma proposta de modelo para o desenvolvimento local. Centro de estudos em sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces); ALCOA; Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOMMA, A. K. O. et al. O desenvolvimento mais sustentável da região amazônica: entre (muitas) controvérsias e o caminho possível. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara-RS - v. 17, n. 4, p. 1-27, out./dez., 2020.  
<https://doi.org/10.26767/col%C3%B3quio.v17i4.1804>

KOHLHEPP, G. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, mai./ago., 2002.  
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>

LOPES, L. O do C. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial**: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista juruti velho, município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil. Tese (Doutorado) 269 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2012. <http://hdl.handle.net/10183/61925>

LUTZEMBERGER, J. A sistemática demolição da floresta virgem tropical na Amazônia. In BOLOGNA, G. (Org.). **Amazônia adeus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MACHADO, P. F. O pólo sidero-metalúrgico de Carajás: gênese de uma nova região industrial? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 158-175, 1991.

Monte-Cardoso, D. Mineração e subdesenvolvimento: impactos da atividade mineradora nos municípios de Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas (2004-2015). 139 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP: 2018.  
<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/334180>

MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, jan./abr., 2005. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100012>

MONTEIRO, M. A.; COELHO, M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 91-122, jun., 2004.  
<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v7i1.38>

NASCIMENTO, N. S. F. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista**: Elementos para uma compreensão da “questão social” na região. 195 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Ed. Garamond Universitária, 2004.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun., 2007.

SUDAM – Superintendência Desenvolvimento da Amazônia. Ministério da Integração Nacional. **Histórico SUDAM**. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br>. Acesso em: 20 out. 2020.